

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ESPAÇO NÃO ESCOLAR: UM ESTUDO COM UM GRUPO DE AUTISTAS

Thaís da Salete Gomes da Silva ¹

RESUMO

A problemática da educação transcendeu os espaços e deixou de ser um assunto essencialmente da escola e do professor e passou a ser assunto de interesse público, porque a educação não ocorre exclusivamente na escola, por isso, o profissional pedagogo, também ultrapassou os muros da escola e passou a poder atuar em outros espaços, como, por exemplo, na área da saúde desenvolvendo trabalho pedagógico com autistas. Por isso, temos como objetivo mostrar a importância de trabalhar os estímulos sensoriais para o desenvolvimento de uma criança autista. Dessa forma, para alcançar os resultados esperados, para essa pesquisa se fez um trabalho de campo com uso do método observação, conversa informal com outros profissionais, para que o pedagogo conhecesse melhor seu campo de atuação e elaborasse uma prática de intervenção com autistas, bem como atividades com os pais dessas crianças, que são parte importante no processo de estimulação sensorial. As reflexões teóricas se deram com base na legislação como a Constituição de 1988, LDB, Lei Berenice Piana, Estatuto da Pessoa com deficiência e a Lei Romeo Mion e Severo (2012), com o intuito de entender as garantias legais da pessoa com deficiência, bem como buscar os espaços para a atuação do pedagogo no espaço não escolar. Sendo assim, conclui-se que a formação educativa não ocorre apenas na escola, e sendo dentro ou fora dela, o pedagogo, tem um papel muito importante como formador.

Palavras-chave: Autismo. Intervenção. Educação não escolar. Pedagogo

INTRODUÇÃO

A problemática da educação transcendeu os espaços e deixou de ser um assunto essencialmente da escola e do professor e passou a ser assunto de interesse público e que muitas vezes requer, por parte do aluno um atendimento amplo e multiprofissional. Diante disso estamos falando da educação inclusiva que é garantida por lei ao estudante e que ela se faça na escola regular.

A escola regular, no entanto, não é abastecida de todo o aparato técnico e humano do qual necessita para atender um aluno especial, com autismo, por exemplo. O ideal é que esse aluno seja acompanhado dentro da escola por professores e um profissional psicopedagogo para auxiliar no desenvolvimento das atividades escolares e educativas. Além disso, se faz necessário um atendimento multiprofissional com psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta para que a criança possa trabalhar os estímulos sensoriais e o desenvolvimento das suas capacidades.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Especialista em Educação especial, Psicopedagogia clínica e institucional- Faculdade Venda Nova do Imigrante- FAVENI thaisgomes262@gmail.com;

Dessa forma, vamos relatar um trabalho feito no campo do Estágio supervisionado 3, em espaço não escolar, enquanto ainda era acadêmica do curso de Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). O estágio se deu em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) com um grupo de autistas, formado por crianças e adolescentes que eram acompanhados por profissionais da área da saúde como psicólogo e fonoaudiólogo. O trabalho foi realizado com a intenção de mostrar o papel do pedagogo fora da escola, não apenas como professor que alfabetiza, mas como um profissional que desenvolve atividades pedagógicas em quaisquer espaços em que possa atuar. Sendo assim, temos como objetivo geral mostrar a importância de trabalhar os estímulos sensoriais no desenvolvimento de uma criança autista, e como objetivos específicos visamos trabalhar os sentidos por meio de atividades lúdicas e estimular a criança a experiências e sensações novas, bem como instigar os pais e/ou responsáveis a trabalhar os sentidos da criança.

Para alcançar os resultados esperados para essa pesquisa se fez um trabalho de campo com observação, conversa informal com a equipe de profissionais que atendia as crianças autistas para o planejamento e desenvolvimento das ações pedagógicas programadas, para contribuir com a melhoria dos sentidos através de estimulações sensoriais que foram pensadas para serem rápidas e lúdicas. Tendo em vista que uma criança autista não fica presa por muito tempo a uma mesma atividade.

O presente trabalho está dividido em seis partes, essas que introduz o leitor na temática do trabalho, a segunda que apresenta a trajetória político-histórica da inclusão, a terceira mostra o campo de atuação da pedagogo no espaço não escolar, a quarta mostra a resultados do trabalho, que mostra a atuação do pedagogo em uma Unidade Básica de Saúde, intervindo de forma educativa e não curricular com um grupo de autistas e as considerações finais.

2 A TRAJETÓRIA POLÍTICA-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL QUE POSSIBILITOU A INCLUSÃO.

A Constituição Federal de 1988 trouxe como direito e garantia fundamental a igualdade, desde então há um crescente esforço no sentido de oferecer um tratamento justo e igualitário a todo cidadão brasileiro. Nesse sentido, a educação precisa de se adaptar a esse processo, possibilitando uma educação mais igualitária para todos, para os ditos normais e para as pessoas com deficiência.

O artigo 208 da Constituição de 1988, no inciso III, prevê “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular” (BRASIL,

2008, p.137), antes disso, o atendimento educacional especializado ocorria basicamente em instituições especializadas, apartadas do ensino regular de educação. Dentre essas instituições é possível citar o

Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MEC, 2010, p.11).

É possível perceber que mesmo dentro da proposta de educação especial, essas instituições atendiam a deficiências específicas, não havia um espaço que unisse todos essas pessoas, além do mais era muito mais uma forma de separar o deficiente dos demais, do que mesmo de educar. “O paradigma da Institucionalização fundamentava-se na ideia de que a pessoa deficiente estaria melhor protegida e cuidada em ambiente segregado e por conseguinte a sociedade estaria protegida dela.” (BATALHA, 2009, p. 80). No discurso de proteger a pessoa com deficiência, estava conmuflada a ideia de tirá-la sa sociedade.

No entanto, um dos marcos fundamentais para a educação especial a nível mundial, a Declaração de Salamanca, de 1994, protagonizada pela união de representantes de diferentes governos, que se colocaram a disposição para construir uma verdadeira inclusão, reafirmam o

compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. [...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, • toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, (...) • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Portal MEC, 1990, p.1)

A partir disso é notório que as demandas e lutas sociais pela causa da pessoa com deficiência ganhou força e alcance planetário, que tornaram, ainda mais, evidentes a necessidade de uma educação para todos. Não uma educação de forma segregada, mas que pudesse, cada dia mais, se aproximar de um modelo inclusivo, em que crianças, jovens e adultos

em idade escolar usufruíssem da oportunidade de aprender em uma escola regular, minimizando o abismo do preconceito e da discriminação.

Esse consenso mundial de que a educação devia ser para todos, incluindo as pessoas com deficiência, e em escola regular, também, ganhou previsão legal na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional de 1996 (LDB, 1996), quando em seu artigo 59, estabelece aos educandos da AEE

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; **II** - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; **III** - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado (BRASIL, 2017, p.40).

Além da preocupação com a estruturação do plano de ensino, a LDB de 1996 também prevê uma progressiva melhoria da qualidade do ensino, tendo em vista que se preocupa com a formação adequada de professores para melhor atender aos alunos especiais. No Plano Nacional de Educação vigente, até 2024, existe a meta de universalizar o AAE, dos 4 aos 17 anos, preferencialmente na rede regular de ensino, isso significa que no ensino obrigatório, que inclui a educação infantil, na pré escola ao ensino médio, o educando que necessitar, deve ser atendido pela modalidade na modalidade de educação especial. A meta ainda não foi alcançada, mas a existência dela, mostra os esforços para melhorar o atendimento educacional do deficiente.

2.1 Os reflexos das políticas de inclusão para o autista

O termo autismo surgiu no início do século XX, para designar pessoas com comportamentos peculiares, que por vezes comprometiam o desenvolvimento social e cognitivo. Muitas pesquisas e polêmicas ocorreram, para se buscar as causas e chegar ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em 2007 a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 02 de abril como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, mas foi só em 2018 que essa data entrou no calendário brasileiro como Dia Nacional da Conscientização do Autismo.

A Lei nº 12.764 de 2012 ou Lei Berenice Piana instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e caracteriza em seu artigo 1º, § 1º, incisos I e II, a pessoa com TEA como a que

deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais” e “padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, (...) comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012, p.1).

Em 2015, A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, lei nº 13.145, que cria o Estatuto da Pessoa com deficiência, traz mais garantias para as pessoas com TEA, porque caracteriza no caput do seu artigo 2º, pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (BRASIL, 2015, p.1). Sendo assim, as pessoas com TEA, passam a ser assistidas por um estatuto que lhe ofereçam direitos e garantias específicas.

A Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020 ou Lei Romeo Mion “altera a Lei nº 12.764, de 2012 (Lei Berenice Piana), para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea)” (BRASIL, 2020, p.1) que funciona como uma “identidade” do autista, e que unifica documentos e laudos, para facilitar o acesso a direitos oferecidos as pessoas com TEA.

3 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ESPAÇO NÃO ESCOLAR

Após conhecer um pouco da trajetória política-histórica da pessoa com deficiência e do autista, segue -se com a discussão teórica sobre atuação do pedagogo com esse grupo específico. Nos dizeres de Severo (2012) a pedagogia como ciência da educação, tem um sentido amplo, e não limita a atuação do pedagogo a docência, como professor alfabetizador, como é costumeiro já o vemos nesse campo de profissional. O pedagogo pode atuar em diferentes espaços, em que haja intenção pedagógica, ou apenas interessada no fenômeno educativo.

O fenômeno educativo é muito maior do que as práticas escolas, pode haver educação em outro espaços, como educação informal, ou não formal e que se manifeste nos chamados de espaços não escolares, como igrejas, clubes, comunidade, inclusive na própria escola, quando transcende a formação curricular e pedagógica, e oferece uma oficina, por exemplo, a seus alunos.

O contexto de transformação social, empoderamento e inclusão dos mais diversos atores sociais, exige que a educação ocorra em mais espaços, que não apenas a escola, porque

as dinâmicas de desenvolvimento econômico e político da sociedade serviram de base para a construção de uma cultura de uso dos saberes que ampliou os horizontes dos fins e dos meios educacionais, inflacionando as práticas pedagógicas e transportando-

as do espaço escolar para outros nichos institucionais extraescolares. (SEVERO, 2012, p. 563)

A multiplicidade de fatores que integram o processo de formação social, como os físicos, biológicos, sociais, psicológicos, culturais, dentre outros, exige que todos as pessoas estejam em constante aprendizado, que é quase impossível de ocorre integralmente na escola, principalmente, quando se fala em pessoas com algumas deficiências. Elas precisam de mais atenção para que possam fazer coisas básicas do dia a dia, por exemplo.

Para Beillerot (1985) apud Severo (2012) vivemos em uma sociedade pedagógica, desse modo, a educação acontece em todo lugar, não apenas com educação escolar. Com isso, entende-se que a educação não ocorre apenas em uma fase da vida, orientado por currículo, reduzida a aprendizagem escolares. (SEVERO, 2012). Dessa forma, a educação tem que ser pensada fora da escola, porque não se precisa aprender, apenas, enquanto criança, adolescente ou jovem, a educação deve ser uma constante, até porque muitos precisam reaprender a fazer coisas todos os dias, e o suporte escolar não é suficiente para dar esse apoio. Tudo quando for refletido no âmbito da Pedagogia pode ser prática educativa, por isso, o caso que se segue explana uma ação realizada por pedagogos em formação, que saíram das paredes da escola, e juntos com uma equipe multiprofissional, pensaram em práticas educativas, para estimular e promover melhorias na qualidade de vida de pessoas com TEA.

4 EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGENS

O Estágio III do curso de Pedagogia proporcionou experiências novas para um curso de licenciatura. Esse estágio é não escolar, tendo em vista que o pedagogo é muito mais que professor, é um profissional da educação, que desenvolve atividades pedagógicas em qualquer área que possa atuar.

A temática proposta para se trabalhar no estágio foi o autismo, haja visto que o mês de abril tem a campanha “abril azul” mês de conscientização sobre o autismo. O estágio citado foi realizado na Unidade básica de saúde José Jinaldo Bezerra no município de Frutuoso Gomes RN. O referido município tem a preocupação de trabalhar o abril azul, nos encaixamos dentro da programação, para que pudéssemos realizar as nossas ações, enquanto estagiários. As ações foram duas, no total. O estágio foi dividido em dois períodos. O primeiro, período de observação ocorreu nos dias 11 e 13 do mês de abril de 2022. Nesse tempo, conhecemos o espaço, conversamos com alguns profissionais sobre o tema proposto para o desenvolvimento

das ações de estágio e planejarmos quais seriam as nossas atividades dentro da programação do município.

A regência do estágio ocorreu nos dias 22 e 29 de abril, em cada dia realizamos uma ação diferente. No dia 22, organizamos a apostila autoexplicativa sobre atividades sensoriais, que os pais poderiam realizar com seus filhos dentro de casa, para que eles pudessem se desenvolver mais e melhor. Também, neste dia, em parceria com o município de Frutuoso Gomes, organizamos os kits com os materiais propostos, para serem usados, em casa pelas crianças, em cada uma das atividades sugeridas na apostila para a estimulação de cada um dos sentidos. O kit continha a apostila autoexplicativa, sobre a importância de trabalhar cada sentido, sugestão de atividades e materiais para realização delas. Os materiais eram tinta guache colorida, pincel, algodão, quebra-cabeça com formas geométricas em EVA, tesoura, cola, desenho para recorte.

No dia 29, dia D de conscientização do autismo no município foi feita uma ação conjunta com profissionais da UBS. A ação teve início às 9 horas da manhã, com a acolhida dos pais juntamente com seus filhos. Em seguida, a psicóloga da unidade deu início as atividades do dia falando um pouco sobre o abril azul, fez a apresentação de cada um dos estagiários e fez o encaminhamento dos pais e dos filhos para as ações a serem desenvolvidas pelos estagiários. Foi desenvolvida uma roda de conversa com a estagiária Luciana Carlos com o tema Como fazer uma inclusão afetiva da criança com TEA em ambiente familiar?

Para as crianças foi realizada algumas atividades recreativas com o objetivo de estimular os movimentos, o tato, olfato, paladar, audição, visão. As atividades estavam em três salas, identificadas como um Sala 1, Sala 2 e Sala 3.

Na sala 1 se encontravam as atividades para o estímulo da visão, do movimento, da audição e do motor. Para desenvolver esses sentidos buscamos trazer atividades interdisciplinares, para que as crianças pudessem trabalhar esses sentidos de maneira conjunta. Em um primeiro momento, dividimos as crianças que estavam na sala de acordo com as linhas de cores que estavam em um tatame colorido, no chão da sala. Cada criança foi para uma linha e começamos com as atividades.

De início para trabalhar tanto os movimentos, como a audição, utilizamos um aparelho telefone celular para reproduzir a música: “se você está contente”, o intuito da utilização dessa música era fazer com as crianças perdessem um pouco da timidez já no início das atividades, as crianças acompanharam de maneira positiva o ritmo da música e seguiam as orientações que a música iria propondo.

Em um segundo momento utilizamos a canção: “cabeça, ombro, joelho e pé”. Com essa música buscamos trabalhar o movimento e a conscientização do próprio corpo, notamos que as crianças já estavam bem habituadas a essa canção, pois já a conheciam e acompanhavam as orientações da música com muita facilidade e fluidez nos movimentos.

Mais adiante para trabalhar a visão das crianças, foi utilizado um equipamento que representava um projetor, que foi produzido de um rolo feito com parte de uma caixa de chocolate, semelhante a um rolo de papel higiênico, e uma folha de plástico transparente, onde a criança produzia um desenho nessa folha, em seguida a folha era colocada no rolo e com o auxílio de uma lanterna de celular, o desenho era reproduzido pelo projetor de forma ampliada, as crianças que participaram dessa brincadeira gostaram bastante, inclusive uma criança que não se interessa muito por brincadeiras curtiu muito o projetor, escreveu o próprio nome, também o da mãe, do pai e desenhou a casa que ele mora. Outra criança demonstrou ficar muito surpresa ao ver seu desenho sendo reproduzido pelo projetor.

Em seguida para trabalhar o estímulo motor, fizemos uso de grandes bolas de plástico, com o intuito que, com a brincadeira, pudessemos desenvolver os movimentos que o corpo pode fazer com outro objeto, trabalhando também o movimento que esse objeto faz durante o percurso, as crianças se prenderam muito a essa brincadeira, repetindo a mesma atividade e alternando em como iriam jogar a bola um para o outro, as vezes com as mãos e outras vezes com os pés, todas as crianças participaram da brincadeira e buscavam interagir entre si para dar continuidade com a atividade com as bolas.

Na sala 2 estavam as atividades de estimulação sensorial para o sentido do tato na qual as crianças eram convidadas a sentir diferentes texturas. No chão, estava espalhada cascas de feijão, para que as crianças e adolescentes pudessem sentir a textura com os pés, passeando por cima da casca. Com as mãos, elas eram convidadas a buscar objetos escondidos dentro de uma caixa e cobertos com pó de serragem, havia ainda, um joguinho com uma espécie de tabuleiro, para que as crianças encaixassem pequenas bolinhas, e a pescaria, em que foi colocada uma bacia com água e algumas tampinhas de garrafa pet, de cores diferentes, para que as crianças pudessem pescar uma das tampinhas com uma peneira, separando-as por cores.

De modo geral, essas atividades foram bem recebidas pelas crianças e adolescentes, todas elas participaram, apenas uma das crianças teve mais resistência em caminhar sobre a palha do feijão, e em buscar os objetos na serragem. No princípio, ela se identificou com a pescaria com o joguinho de tabuleiro e depois de algum tempo, quando esses joguinhos estavam cansativos para ela, buscou colocar a mão na cuba com pó de serragem, não encontrou os objetos escondidos, mas consideramos um avanço, tendo em vista que no início ela resistiu

o contato e ao final ela se abriu para essa nova experiência. A atividade mais atrativa dessa sala foi a pescaria, não houve resistência por parte dos participantes, pelo contrário, alguns, depois de terminar o circuito de atividades, queria voltar para a pescaria.

Foi uma experiência satisfatória, em que aprendemos que a estimulação tem que ser feita pouco a pouco, respeitando o tempo do autista, e partindo do que ele se identifica, para depois mostrar novas coisas.

Na sala 3 trabalhamos o estímulo do olfato e do gustativo, para realizarmos as atividades utilizando frutas, dentre elas: banana, manga, abacaxi, laranja e mamão. Para participar da brincadeira pedia-se permissão para vendiar os olhos da criança e colocava uma das frutas para ela sentir o cheiro estimulando o olfato, logo depois perguntava se ela sabia que fruta era aquela, acertando ou não, perguntávamos se ela queria provar, caso aceitasse, era dado a fruta a criança, desenvolvendo o sentido gustativo, em seguida tirávamos a venda e perguntava se ela queria comer algumas das frutas que estavam lá expostas, era montado um copinho com frutas da preferência da criança e eles faziam um lanchinho das frutas e também era oferecido água. Podemos perceber na atividade do olfato e do gustativo que uma das frutas preferidas das crianças eram a banana, sempre que elas cheiravam diziam “banana, eu quero banana” a vasilha da banana foi por várias vezes postas para dar conta da demanda.

Na sala 3 podemos contar ainda com uma amarelinha feita com o alfabeto em EVA, que estava ali apenas para atividades extras, pois os sentidos movimento e motor já tinha sido trabalhado em outra sala, depois das crianças participarem da brincadeira iam brincar na amarelinha, proporcionamos também na sala 3 atividades de pintura para complementar o tempo e estimular a coordenação motora. As atividades do dia foram encerradas com a culminância e a entrega dos Kits para os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas reflexões que culminaram com essa produção acadêmica é possível perceber que as políticas de inclusão avançaram e muito, se antes as instituições de educação especial existiam como forma de segregar pessoas com deficiência, hoje se recomenda por dispositivos legais que a educação especial ocorra em escola regular.

A obrigatoriedade de matrícula faz com que o número de alunos aumente, incluindo os alunos com algumas deficiências, o acompanhamento desses alunos pode ocorrer dentro e fora da escola. Na escola esse aluno pode ser acompanhado por um professor de educação especial, normalmente um pedagogo, no entanto atuação desse profissional pode ir além da escola, ele

pode pensar na formação educativa, que não necessariamente é curricular. Por isso, o pedagogo pode ir na em uma UBS, por exemplo, fazer o seu trabalho de educador, sem necessariamente ser professor.

A criança autista, dependendo do grau, tem muita condição de se desenvolver, daí a necessidade de um acompanhamento, de preferência com uma equipe multiprofissional, para que explore o mundo e suas possibilidades. No caso estudado, o necessário trabalho do pedagogo, foi realizado para educar os sentidos através de estímulos.

O trabalho do pedagogo vai muito além da sala de aula, ele pode atuar em qualquer espaço em que tenha a intenção pedagógica, nesse sentido a pesquisa apresentada, não esgota as possibilidades de atuação desse profissional, existe muito a ser pesquisado e estudado, tendo em vista que a ampliação do campo de atuação é uma temática nova.

REFERÊNCIAS

BATALHA, D. V. Um breve passeio pela política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. In: **Fundamentos en Humanidades Universidad Nacional de San Luis – Argentina**. Disponível em: <file:///C:/Users/Tais/Downloads/Dialnet-PoliticaNacionalDeEducacionEspecialDesdeLaPerspect-3177586.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2008].

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Lei Berenice Piana . Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 03 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.145 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 03 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Lei 9.396 de 20 de dezembro de 1996**. Institui a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf . Acesso em 03 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm .Acesso em 03 de janeiro de 2023.



BRASIL. **Lei nº 13.977 de 08 de janeiro de 2020.** Institui a Lei Romeo Mion. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm .Acesso em 03 de janeiro de 2023.

Declaração de Salamanca. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192. Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, p. 561-576, 2015.